

As primitivas defesas da cidade de Salvador

Mário Mendonça de Oliveira

Partindo-se do pressuposto de que as primeiras fortificações de Salvador antecedem à fundação da cidade, lembramos que Francisco Pereira Coutinho, filho do alcaide de Santarém, recebeu, como relata a história, uma capitania, situada na Baía de Todos os Santos. Ao se estabelecer como donatário nas terras brasileiras da Bahia, formou, em 1536, o povoado que veio a ser conhecido como Vila Velha. Este foi localizado em uma eminência contígua à pequena enseada (Porto da Barra) de fácil embarque e desembarque (Fig. 1), nas proximidades da entrada da citada baía. Como defesa, edificou aquilo que estava dentro de suas possibilidades: “Poz a vila no melhor assento que achou, em que tem feito casas para cem moradores e tranqueiras de redor e uma torre já no primeiro sobrado.”¹ Essa torre era de taipa de pilão, à semelhança de outras sedes de capitanias e feitorias, porque, quando foi fundada a cidade, em 1549, para ser a Cabeça do Brasil, essa taipa já necessitava de reparos. O referido é atestado, por provisão da época, em favor do taiepeiro Balthazar Fernandes, por ter reconstruído 31 braças (68,2m) de sua taipa.² Vale ressaltar que, quando aqui chegou Coutinho, nas terras da cidade de Salvador, já encontrou instalado Diogo Álvares, a quem se atribui a construção da casa-forte em terrenos



próximos à atual Igreja da Graça. Estas seriam, pois, as primeiras fortificações da área a serem ocupadas pela futura capital da América portuguesa.

Em virtude da mudança de rumos imposta à colonização, as fortificações levantadas, além do muro de taipa, construído pelo mestre Luiz Dias, não passavam de pequenas baterias destinadas a defender o porto da cidade. Pelo que se pode deduzir da correspondência do construtor das defesas, a maior preocupação era com os índios e não com os ataques vindos do mar. Essa situação iria modificar-se no fim do século XVI, quando incursões de piratas e corsários, principalmente franceses, ingleses e holandeses, começaram a fustigar a nova capital. O muro de taipa não suportaria a fúria do canhão.

Os documentos quinhentistas, entre os quais a correspondência do próprio Luiz Dias e as provisões

para pagamento de empreiteiros, referem-se ao muro de taipa preliminar, que, segundo Edison Carneiro, tinha 16 a 18 palmos (3,52 a 3,96m) de altura e, quando reconstruídos, após desmoronamento em uma das invernadas, passou a 11 palmos³ (2,42m). Quanto a sua preliminar abrangência e por onde passava exatamente, só há conjecturas, uma vez que não foram en-

que os primitivos muros, na face norte do polígono defensivo, estivessem mais ou menos no limite norte da Praça Tomé de Sousa, o que vale dizer, no alinhamento onde se encontra, atualmente, o prédio da prefeitura da cidade. Observa-se, porém, que, mesmo com a redução de altura e o reboco protetivo que aplicaram nessas defesas, sua vida foi muito curta, como atesta Gabriel Soares.

Os redutos de Luiz Dias

Os muros de taipa que cercavam a primitiva Cabeça do Brasil não eram suficientes para a defesa da cidade por não suportarem o disparo dos canhões, como já destacamos, e pela altura da cota em que ela se encontrava. Essa situação de acrópole se, de certo modo, dificultava o acesso ao inimigo para tomar a cidade a partir do porto, obrigando-o a subir íngremes ladeiras, não poderia impedir os desembarques, porque a artilharia de então, trabalhando naquela altura, tinha um campo escuro acentuado, não podendo atirar para baixo. Por isso, tratou Luiz Dias de criar algumas plataformas, ou estâncias, ou mesmo redutos, na zona da Ribeira, referidos em missiva pelo próprio mestre. Essas posições deveriam proteger o porto, atirando na linha d'água, dificultando o desembarque.

Quando refere-se às muralhas que caíram na invernada, Luiz Dias tem a oportunidade de citar mais três defesas da cidade ao descrever as ruínas dos muros: “[...] da porta de sãota caterina ate a estamçia de soobre o mar que se aguora chama de são gorge e loguo no baluarte de S. Tiaguo ate a estamçia de São Tomé [...]”⁶

Todavia, o tema da localização desses primeiros propugnáculos de Salvador, mesmo tendo sido garimpado por figuras ilustres da nossa historiografia, como Borges de Barros, Teodoro Sampaio, João da Silva Campos, Braz do Amaral, Alberto Silva, Luiz Monteiro, D. Clemente e outros, oferece, ainda, muitas controvérsias quanto à localização de tais defesas. Em geral, parte-se do pressuposto de que eram seis, apoiando o muro de



Fig. 1

contrados testemunhos, além de um trecho de muralha nas portas do Carmo. Queriam alguns autores, como Teixeira Barros,⁴ que a cinta primitiva terminasse na altura do Colégio da Companhia de Jesus, prédio da antiga Faculdade de Medicina, e que, só posteriormente, se estendeu ao Largo do Pelourinho. Outros, como Teodoro Sampaio e Alberto Silva,⁵ desejavam

taipa de pilão que cercava a nova cidade. Isso está baseado, em parte, nas referências que julgamos bastante fidedignas, de Gabriel Soares, que não declina o nome de todas as posições artilhadas.

As duas fortificações do mar que Luiz Dias cita, textualmente, em uma de suas cartas, estão localizadas, na parte da praia, para a defesa do porto, e segundo quase todos os estudiosos: uma, na Ribeira do Góes, armada com duas esperas, dois camelos, dois falcões e doze berços,⁷ em cima de um rochedo; outra, que recebeu a invocação de Santa Cruz, deveria ser menor pelo armamento disponível, isto é, uma espera, dois falcões



Fig. 2

e seis berços. Descreveu o mesmo Dias ter sido a primeira delas construída com terra e “paus de manguê que se criam n’água e são como ferro”. Julgava ele poder durar uns 20 anos, deixando ao arbítrio real a decisão de construí-las em pedra e cal.⁸ A documentação sobre o assunto, porém, esclarece que o sistema construtivo dessas antigas estâncias não deveria ser, exclusivamente, de madeira de manguê e terra, porque uma provisão de 16 de dezembro de 1551 mandava que se pagasse ao pedreiro Belchior Gonçalves a quantia de 16\$665 rs “que lhe ficaram a dever da empreitada, que tomou porque se obrigou fazer três paredes na Ribeira

de Goes, e na Estancia Santa Cruz; uma de pedra insossa, e duas de pedra e barro.”⁹ Assim, as primeiras defesas da Cidade do Salvador foram, além do muro de taipa de construção pouco sólida e seus respectivos baluartes, alguns redutos na zona portuária.

As fortificações primitivas de D. Francisco das “Manhas”

A documentação histórica sugere que a administração de D. Francisco de Sousa (1591-1602), no período filipino, tentou reparar os muros de taipa de pilão,

mas esse procedimento foi pouco duradouro. Decidiu, então, esse governador fazer um sistema de defesa costeira mais amplo para a cidade, partindo da Barra da Baía de Todos os Santos (Fig. 1) pela mão de seu engenheiro militar Baccio de Philicaia. Essas defesas, porém, foram de eficácia muito duvidosa, em virtude do tamanho da baía e da distância entre as fortificações. Cita o

cronista Frei Vicente¹⁰ que elas eram três ou quatro e, pelo que sabemos atualmente, o número quatro seria o justo. Eram as torres de Santo Antônio, na Ponta do Padrão, entrada da Bahia (Fig. 1), a de Santo Alberto, reforçando as antigas defesas do porto da cidade, a de Santiago, em Água de Meninos,¹¹ finalmente, o Castelo de São Felipe, na Ponta de Itapagipe. Algumas dessas fortalezas costeiras mudaram de nome com o passar dos anos, particularmente após a Restauração da Coroa portuguesa, em 1640, quando as invocações de inspiração espanhola foram substituídas. A torre de Santiago passou a chamar-se Fortim de Santo Alberto (o velho

Santo Alberto desapareceu com o crescimento da cidade) e o Castelo de São Felipe passou a ser Fortim de N. Sa. de Monserrate.

A preocupação com a vulnerabilidade de nossa cidade, todavia, continuou e não é uma simples impressão, do que se pode inferir da leitura de documentos antigos. Ela é explicitada, com toda a clareza, nomeadamente nos escritos dos especialistas do assunto, os militares, de maneira particular, e os engenheiros que por aqui estiveram, trabalharam ou viveram. Assim, no alvorecer do século XVII,

o Sargento-Mor e Capitão da Costa do Brasil Diogo de Campos Moreno destacou em seu relatório que

“A cidade do Salvador pode ser lugar muy forte e ben guardado os navios q’ nella estiveren fazendo o q’ sua mag.^e tem mandado o anno de seis sentos e seis pelas plantas q’ fes o engenheiro fran.^o de frias e confirmou e emendou tiburtio espanochi engenheiro mor despanha [...]”¹²

Ou seja, podia ser, mas não era. Para que chegasse a se tornar uma praça forte, seria mister que se executasse o plano do engenheiro Francisco Frias, com a aprovação e ajustes feitos por Turriano, em primeira instância, e por Tibúrcio Spanocchi, engenheiro-mor da Espanha, cuja coroa se encontrava unificada, naquele momento com a de Portugal.

O *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, escrito em 1612 por Diogo de Campos Moreno, é bastante incisivo quando comenta o estado das defesas da Cabeça do Brasil: “[...] convém sustentar-se êste presídio enquanto a fortificação da cidadela está tão atrasada e a cidade é uma aldeia aberta, exposta a todos os perigos enquanto aquela parte se não fortificar [...]”¹³

Em passagem anterior, critica Diogo Moreno as fortificações de Santo Antônio da Barra, Monserrate e Água de Meninos “por sua fraqueza e má traça”, considerando que seria uma decisão inadequada tirar soldados da minguada guarnição da cidade para dar-lhes cobertura.¹⁴

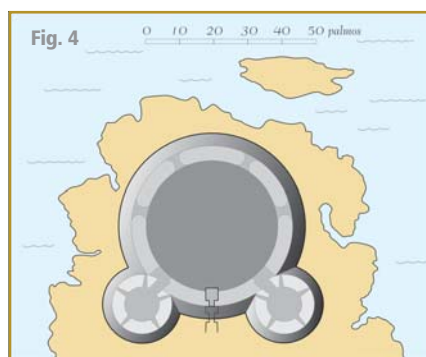
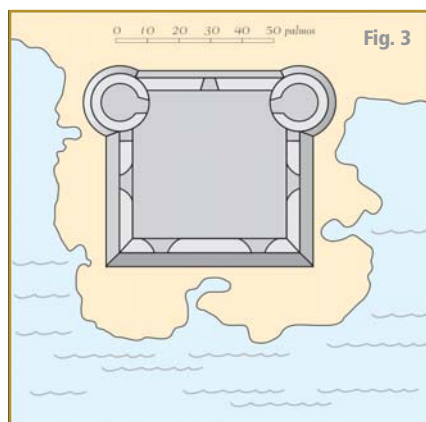
Da torre primitiva da Vila Velha ou dos propugnáculos construídos por D. Francisco de Sousa quase nada mais resta, exceto o Fortim de Monserrate, por se tornarem obsoletos no roteiro da evolução da arte

das defesas, por serem “engolidos” pela cidade ou edificadas com materiais de pouca duração. Afortunadamente, ficaram para nós testemunhos da história escrita e elementos iconográficos, que admitem resgatar, com certo fundamento, alguma coisa da memória desse momento primitivo de nossos sistemas fortificados.

No particular, convém destacar que a torre de concepção medieval teve, no Brasil, um papel importante no desenho da fortificação de quase todo o século XVI. Isso aconteceu tanto no regime das Capitanias Hereditárias quanto durante o primeiro momento em que se decidiu criar a Cidade do Salvador, fundada para ser a Cabeça

do Brasil, como argumentamos no nosso trabalho sobre as fortificações de Salvador.¹⁵

Conviria destacar que esse conceito da construção e torres no Brasil era descartado por alguns historiadores, pois queriam que a semântica do termo torre, encontrado nos documentos, estivesse ligada ao conceito simbólico de fortificação, de maneira geral. A causa desse equívoco é não terem se aprofundado na investigação, combinando as informações históricas contidas nos textos e o estado das artes da defesa em



Portugal, tudo isso apoiado em observações de campo, obtidas por meio de prospecções arqueológicas. É notório que a história feita exclusivamente em documentos escritos tem suas limitações.

O argumento primeiro em favor da existência de torres é que, no século XVI, Portugal ainda conservava hábitos e tradições medievais, no que concordamos com Fonseca e outros estudiosos do assunto,¹⁶ pois era o tempo em que a torre constituía-se em elemento arquitetônico central de todo sistema fortificado. Ora, esse sistema era o bastante para salvaguardar os primeiros colonizadores contra as armas rudimentares dos habitantes originais de nossa terra que, com juste-

tido dessas torres quadradas, cuja entrada era flanqueada por duas torres menores de canto (Figs. 2 e 3) para cobri-la.

Uma variante dessas antigas torres quadradas era o emprego do partido circular (ou poligonal), mas com entrada também flanqueada por torres menores¹⁹ (Figs. 2 e 4). Podemos ver, no canto esquerdo superior do mesmo desenho de Albernaz (Fig. 2), o exemplo dessa versão, que sobreviveu, como observamos nos desenhos de Caldas e de Vilhena, até o fim do século XVIII, com o terrapleno adicional que lhe projetou o mestre-de-campo engenheiro Miguel Pereira da Costa, no primeiro quartel do mesmo século.²⁰ Era a Torre



Fig. 5

za, rebelavam-se, não poucas vezes, contra a espoliação de seu espaço e de sua terra, bem como dos maus-tratos e explorações que, freqüentemente, sofriam. Depois, a palavra torre é citada, literalmente, nos documentos antigos e ordenanças reais, e não vemos razão para pensar que o termo estava sendo utilizado em sentido figurado, principalmente depois que se encontraram iconografias e vestígios da Torre de São Tiago de Água de Meninos.¹⁷

Não é difícil enxergar no desenho em planta do primitivo Forte de Santo Alberto,¹⁸ no canto esquerdo inferior da iconografia que nos legou Albernaz, o par-

te de São Tiago de Água de Meninos, depois Forte de Santo Alberto (quando desapareceu o primitivo), vulgarmente conhecido como da Lagartixa, cujos vestígios enterrados encontramos com o apoio da 6ª RM e que foram descritos por Santiago.²¹ Não é um desenho de fortificação inusitado, pois as antigas iconografias do Forte da Laje, no Recife, demonstram que ele foi, também, uma torre de partido centrado ou, mais exatamente, poligonal, embora certas iconografias o representem redondo.

Para elucidar essa quadra da história das nossas fortificações primitivas, mais importante do que o texto

de Diogo Moreno, no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, é aquele de seu relatório, de 1609, porque descreve a localização das posições fortificadas. Neste, a finalidade não foi relacionar os pontos de defesa, mas a artilharia,²² significando que as plataformas mais simples, as quais só eram artilhadas no momento da necessidade, pela pequena quantidade de peças disponíveis e/ou para não deixá-las ao relento, não foram citadas. Assim, esse documento de 1609 enumera as seguintes posições, na sua maioria para o lado do mar, com exceção das duas portas nas direções norte e sul:

Santo Ant.º na entrada da barra da letra A que se fez para a defender [...] – no mesmo lugar do atual Forte de Santo Antônio da Barra (Fig. 1).

Na entrada da cidade na porta de Santa Luzia estão em huma instancia sobre a mesma porta [...] – entrada sul da cidade, na direção do Mosteiro de São Bento.

[...] sobre a igreja da conceição estava outra instancia com duas peças de bronze.

no meio da montanha debaixo da caza da misericórdia está também huma plataforma q defende a encosta no ponto junto a cidade [...]

[...] ao pé della [Estância da Santa Casa] para q iogue a lume da [agoa?] está Santo Alberto instancia de pedra e cal que fes Don fran.º de Souza [...] – antigo Santo Alberto, que ocupava o local onde se encontra, atualmente, a Igreja do Corpo Santo.

ao pé do colegio de Jezus esta outra plataforma ben alta q olha todo o porto e an... até a agoa dos meninos [...]

[...] na ultima porta q vay pera o carmo está outro cubello q defende aquella entrada [...] – entra-

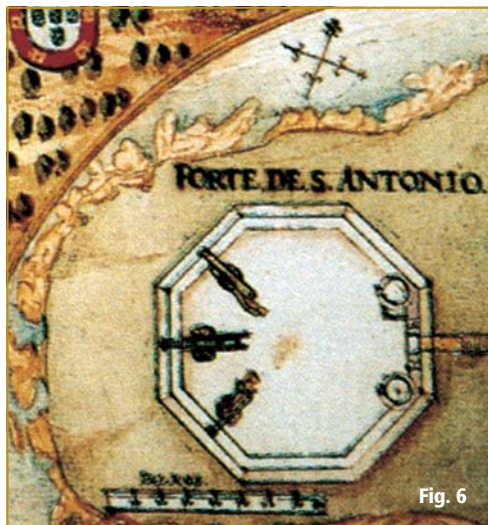


Fig. 6

da norte da cidade, no local do Largo do Pelourinho.

[...] na praia da cidade, na ponta das trincheiras da banda do vasadoiro velho está hua instancia [...]

[...] mais adiante [também na praia], nas cazas de baltezar fer- ras estão duas peças [...]

[...] mais avante pela praia estão mais dous falcois de bronze [...] para a banda do norte desta cidade ha huma legoa está outra

ponta chamada tapagipi q na planta se asinala com a leyta [sic] G, donde pairesse outro forte de pedra e cal da mesma traça de S. Ant.º [...] – Fortim de Nossa Senhora de Monserrate, antigo Castelo de São. Felipe.

[...] noutra instancia q me fica entre este tapagipe e a cidade q chamão Agoa dos meninos [...] – atual Fortim de Santo Alberto ou da Lagartixa.

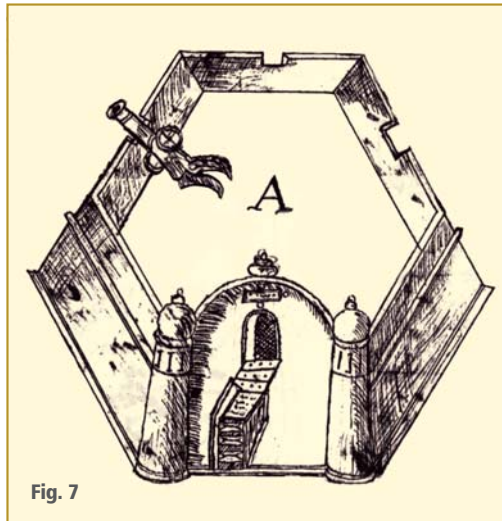
Nessas referências, só não aparece o nome da Estância de São Diogo, que alguns autores chamam de São Diogo dos Índios, citada no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. No entanto, se consultarmos a planta do projeto das defesas que o ilustra, vamos encontrar, na legenda, a letra P para designar a “estância de São Diogo” (Fig. 5). Esta, por sua vez, está localizada na meia encosta, abaixo da Santa Casa da Misericórdia e da Sé, que poderia muito bem corresponder à descrição: “No meio da montanha, debaixo da caza da misericórdia está também huma plataforma q defende a encosta no ponto junto a cidade [...]”, ou seja, deveria ser o São Diogo. Na planta que ilustra o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, exemplar da Biblioteca do Porto, existe um engano, ou melhor, dois enganos nas convenções. O primeiro deles trata-se da grafia de um N, a qual seria O (Baluartes), e o segundo, de um D, quando seria P (Estância de São Diogo). Aliás, a legenda está em ordem alfabética e chama logo à atenção no

momento em que é quebrada a seqüência das letras.

Nenhuma das outras fortificações da velha capital do Brasil sofreu tantas metamorfoses, durante seus mais de 400 anos de existência, do que o Forte de Santo Antônio da Barra ou da Ponta do Padrão (Figs. 2, 6, e 7).

Mesmo que os historiadores, normalmente, não afirmem com exatidão as origens dessa fortaleza, encontramos uma notícia, muito antiga, sobre sua construção em um Códice do Arquivo Ultramarino,²⁵ que transcreve o Alvará de 21 de maio de 1598, pelo qual foi nomeado comandante do Forte de Santo Antônio, “Bastião” de Brito Correia,²⁶ “[...] que esta comesado na barra daquela Cidade”. Essa deve ser a versão que sucedeu à torre de taipa, segundo o *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento*.²⁷ Assim sendo, é aceitável a afirmação de Silva Campos de que o primeiro forte foi obra do governo de Manoel Teles Barreto (1583-87), correspondendo, portanto, à torre de partido octogonal (Fig. 6).

Como acontecia com as fortificações daquele tempo, deve ter nascido em forma de torre, conforme representa o cartógrafo Albernaz, em Carta da Baía de Todos os Santos (Fig. 2). Essas representações não devem ser aleatórias tampouco fantasiosas porque há escala gráfica nos desenhos e as outras três fortificações mostradas, referentes aos redutos de Santo Alberto, ao Fortinho de Monserrate e à Torre de São Tiago de Água de Meninos, podem ser confirmadas, ou porque ainda existe, como o segundo, ou por meio de outras iconografias. A curiosidade é que, nesse desenho, as pequenas torres de flanqueamento da entrada situam-se, pelo lado interno dos parapeitos, à barba. Pela escala gráfica oferecida, podemos avaliar a dimensão dos eixos do octógono regular representados, aproxima-



damente, por 120 palmos (cerca de 26m). À semelhança do antigo reduto de Santo Alberto, da Torre de Água de Meninos e do Castelo de São Felipe, hoje Monserrate (Fig. 8 e 10), possuía entrada alta, com escada e ponte levadiça, indicando que era uma solução tipológica da época. Na qualidade de torre octogonal, a construção primitiva do Forte de Santo Antônio, vista de longe, po-

deria ser representada como se fosse uma torre cilíndrica. O Forte do Picão, na Barra do Porto do Recife, hoje desaparecido, possuía forma semelhante.

O problema é que, nesse caso específico, as formas utilizadas como decoração de cartografia podem não ser contemporâneas da planta cartográfica, nem de Albernaz, porém de situações mais antigas das fortalezas copiadas de outras estampas. Nossa desconfiança reside na iconografia deixada no relatório de Diogo Moreno, que data de 1609, na qual, além do desenho, cita, quando se refere ao Fortim de Monserrate (Fig. 8), “forte de pedra e cal da mesma traça de S. Ant.º [...]”²⁸ Consideramos que o testemunho de Diogo Moreno é fidedigno, porque era militar e estava encarregado de inspecionar as defesas de nossa costa, comprovando que entendia de fortificações.

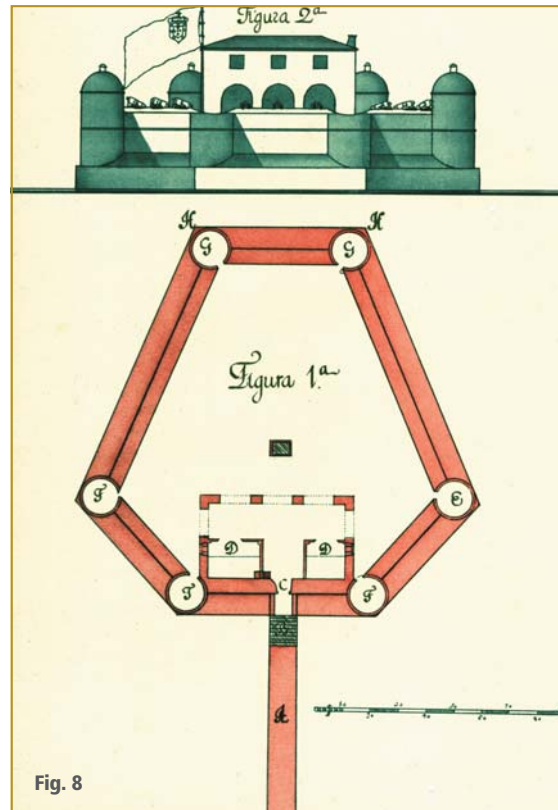
No caso do desenho de Moreno (Fig 7), não temos mais octógono, porém um hexágono, assemelhando-se, realmente, ao Fortim de Monserrate, antigo Castelo de São Felipe (Fig 8), sem as torres. A entrada permanece alta e com ponte levadiça, mas as torres de proteção de acesso ao perímetro interno situam-se pela parte externa da cortina. Os parapeitos são dotados de canhoneiras, embora poucas. A julgar pela artilharia relacionada no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, com quatro peças no total, essa segunda versão, mesmo edificada de maneira mais duradoura, em pe-

dra e cal, deveria ser, igualmente, de modestas proporções: “[...] Um canhão de bronze de trinta e oito quintais; joga vinte e quatro libras de bala. Dois sacres ou meia-esperas de bronze, de dezoito quintais; jogam dez libras de bala. Um falcão de dado, de seis quintais [...]”²⁹ O perímetro de cortinas, da versão do fim do século XVII (Fig. 9), tinha, segundo a relação do meado do século XVIII, do Capitão José Antônio Caldas, 16 peças de diferentes calibres,³⁰ compatível com sua linha de fogo ampliada.

Alguns historiadores querem atribuir importância tática e estratégica a esse fotogênico e elegante propugnáculo, mas não podemos nos deixar contagiar pela empolgação, diante da frieza dos fatos e da realidade da situação. Desde o início do século XVII, Moreno dizia a seu respeito que, por aquela parte, “entran e saien cada dia naos armadas de corsários sem q’ artilharia que aqui esta lhe faça dano, e inda que tenha, colubrinas de sessenta quintais nunca totalmente poderá defender a barra”³¹ e, logo mais adiante, o considera como adorno da barra e nisso todos estamos concordes. Realmente, se considerarmos o que Azevedo Fortes estabelece como alcance da artilharia do século XVIII, um dos canhões mais potentes, a colubrina dupla ou dragão, tinha um alcance máximo de 2.705 braças (5.951m). Quando a peça estava apontada pelo nível do seu metal, o alcance era de 456 braças (1.003m) e, quando no nível de sua alma, 227 braças (499m). Quem conhece qualquer rudimento de balística sabe que o tiro no alcance máximo

de uma arma (45°) tem eficácia praticamente nula e com o armamento da época, pior ainda. Os tipos de tiros feitos a partir do “raso dos metais até a elevação de 45 graus; e estes tiros chamam tiros por cima da portaria”. A perda de eficácia vai aumentando à medida que o ângulo se aproxima de 45°, destacando-se também o fato

de as naves da época não serem muito grandes e estarem em movimento. Assim sendo, os quase 10km que separam a Ilha de Itaparica do Forte de Santo Antônio inviabilizam qualquer defesa da Barra da Baía de Todos os Santos. Além do mais, a eficiência de nossos bombardeiros e condestáveis sempre foi posta em dúvida. Um dos motivos era o treinamento com tiro real, porque se vivia em constante economia de pólvora. Bernardo Ravasco Vieira, conhecedor da nossa realidade e crítico costumeiro das fortalezas e tropas de defesa, nos informa das carências, em 1692: “[...] a Praça sem Engenheyro, nem quem sayba usar de dous Trabucos, q’ nella há, nem



off.³² de Artilharia, ou Artilheiros q’ o q’ sabem ser, de q’ hé bastante prova, não acesar algum [tiro] em hu’a Nau, q’ ardendo, se mandou meter a pique, fazendo lhe a portaria os mais destros.”³²

A realidade é que nenhum especialista considerava de grande valor estratégico nem tático a Fortaleza de Santo Antônio da Barra. Diogo Moreno é mais do que claro quando afirma: “Por muitas vezes se tem advertido à Sua Majestade que os Fortes de Santo Antônio, de Itapagipe e de Água de Meninos, que se assinalam à fol. 18 nos pontos AA e no ponto BB e CC, não são de nenhum efeito, assim por que não defendem nada, como pelo grande risco com que se sustentam por sua fraqueza e má traça [...]”³³ Também o já citado Bernardo Vieira



Fig. 9

Ravasco, secretário de Estado e de Guerra e antigo militar, dizia em seu relatório de 11 de setembro de 1660: Estes três fortes (referia-se aos Fortes de Santo Antônio, Santa Maria e São Diogo), “[...] por estarem quazy juntos, e nam serem de utilidade algua’ a quem nelles assiste [...]”³⁴ Mesmo após as reformas substanciais do fim do século XVII, que aumentaram muito sua capacidade de fogo (Fig. 9), o prestígio do Forte de Santo Antônio da Barra não cresceu, pois o mestre-de-campo engenheiro Miguel Pereira da Costa, no início do século XVIII, foi também bastante enfático no seu parecer: “No q respita a fortes da marinha, o pr.^o entrando p.^a esta B.^a he o de S. An.^{to} da barra (nomeando os com o cumum, impropriam.^{te} por fortes) em figura de dés lados, irregularissimo, com seis angulos salientes e quatro reintrantes, sem baluarte algum, nem caza capás p.^a polvora; este forte está dominado de hum grd.^e padrasto q’ lhe fica superior a tiro de espingada do qual se descobre toda a ária do d.^o forte o como aquelle se pode subir sem impedimento, por varias partes, ocupado este pelo inim.^o, fica o d.^o forte inutil; porq os artelheiros, e os defensores

não poderão aturar o fogo inimigo: tambem não tem cisterna p.^a a agoa e lhe fica distante a de q’ gastão.”³⁵ É de se notar que, não obstante já apresentar a fortificação a sua forma atual, bem mais desenvolvida, não merecia crédito e o “padrasto” ao qual fazia referência é o Morro do Gavazza (ver localização na Fig. 1). A opinião sobre a limitação do Forte de Santo Antônio da Barra é compartilhada, até mesmo, por leigos, como Frei Vicente do Salvador, ao declarar que ele e o de São Felipe (Monserrate) “são mais para terror que para efeito”.³⁶

As melhorias do novo projeto não vieram resolver o problema da eficiência estratégica da fortaleza, porque não contribuíam para barrar as invasões da cidade do sul, nem tinham capacidade para sequer hostilizar os inimigos que entravam baía adentro. Do ponto de vista tático, embora o perímetro de fogo fosse aumentado, os ângulos reentrantes só ensejavam um flanqueamento muito precário para a defesa de suas cortinas (Fig. 9).

Os batavos conseguiram expugnar facilmente essa fortificação na invasão de 1624, para não deixar tro-

pas inimigas em sua retaguarda quando desembarcaram no Porto da Barra, mas não empregaram numerosa guarnição para mantê-la. Isso é verdade porque ele foi, logo depois, retomado por Francisco Nunes Marinho, a mando de Matias de Albuquerque. Aliás, era voz geral entre os estudiosos da defesa de nossa cidade ser uma temeridade repartir as minguadas tropas de proteção desta para guarnecer os ermos propugnáculos da Barra e de Monserrate.

O Fortim de Monserrate, primitivo Castelo de São Felipe, pode ser considerado a mais antiga fortificação brasileira sobrevivente com sua configuração original, um exemplar de extraordinária importância de nossa arquitetura fortificada primitiva (Figs. 2, 8 e 10), cujo desenho é atribuído a Philicaia. Não obstante as reformas do Conde de Castelo Melhor (1650-54), a do Vice-Rei André de Melo e Castro (1735-49), Conde das Galveias, terminada em 18 de outubro de 1742³⁷ e a restauração de Góis Calmon, em 1927, sua configuração permanece igual ao primeiro desenho de Albernaz (Fig. 2, canto direito superior).

Gostamos da sobriedade do mestre Teodoro Sampaio, definindo-o como um “velho fortim clássico, flanqueado por bastiões redondos”, que diz muito mais do que “airoso baluarte quinhentista”, que pouco explica. Na verdade, do ponto de vista de imagem da cidade, ele é uma referência como muitos outros seus irmãos, porém muito especial, pela posição privilegiada e em extrema harmonia com a morfologia do terreno. Seus bastiões redondos eram muito a gosto da arquitetura fortificada italiana da transição, embora em escala infinitamente mais modesta.

Partindo do pressuposto de que o Fortim de Monserrate foi edificado no tempo de D. Francisco de

Sousa,³⁸ como acreditavam Teodoro Sampaio e muitos outros ilustres investigadores de nossa história, imagina-se que sua traça bem pode ser obra de Baccio de Philicaia, que estava a serviço desse governador. Milares o quis mais antigo, do tempo de Manoel Teles Barreto (1583-87). O certo é que já fazia parte das fortalezas referidas por Diogo de Campos Moreno, no relatório de 1609 “[...] para a banda do norte desta cidade ha huma legoa está outra ponta chamada tapagipi q’ na planta se asinala com a leyta [sic] G, donde pairesse outro forte de pedra e cal da mesma traça de S. Ant.º, dizen q ten huma sisterna dentro [...]”³⁹. Poucos anos depois, o mesmo militar declarou, no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, que ele tinha a modesta artilharia de “Uma espera de dezenove quintais, de bala de dez libras. Uma espera de dezoito quintais, de bala de nove libras e Uma espera de vinte e dois quintais, de bala de dez libras [...]” Tinha capacidade de receber, entretanto, um maior número de peças, porém não mais do que seis ou sete como opinava o mestre-de-campo engenheiro Miguel Pereira da Costa e não mais: “[...] pois se não devem dar a hum Pigmeo as mesmas armas q’ a hú gigante [...]!”⁴⁰ Com efeito, Caldas, que o via como “forticasam antigua e de-



fectuosa”⁴¹ vai encontrá-lo no meado do século XVIII com nove peças, o que se considera mais do que suficiente para seu poder de fogo. Encontrou-o, também, com os dois torreões da frente cortados até a altura da barbete (Fig. 8) para aumentar a linha de fogo, já que flanqueavam pouca coisa, os quais, em algum momento da sua história foram reconstruídos (Fig. 10).

Suas “guaritas”, como o vulgo costuma considerar, na verdade são diminutos torreões, cuja função era flanquear as cortinas com o tiro de mosquete. Em vista de possuir essa fortaleza um parapeito “à barbete”, era sempre malvisto pelos artilheiros, pois ficavam mais expostos aos disparos do inimigo. A remoção das torretas e o parapeito “à barba” foram artifícios, visando aumentar sua capacidade de fogo, com maior número de peças, maior mobilidade e desobstrução da visibilidade do tiro frontal. Tinha, entre outros, um defeito peculiar a muitas outras fortificações de Salvador, que era a existência de um “padrasto”, formado pela colina onde se encontra, atualmente, a sede do CRA, em cota superior ao reduto de Monserrate, do qual se valeram os holandeses para tomá-lo.

Diferentemente de outras defesas de nossa cidade, que jamais pugnaram contra um inimigo externo, o antigo Castelo de São Felipe viu-se envolvido em algumas refregas ao longo de sua mais que quadringentenária

existência. O comportamento de seus defensores é, porém, motivo de controvérsias. Durante a primeira invasão holandesa, foram expugnados pelos batavos, depois de haverem tiroteado com algumas naus de sua esquadra. A sua resistência ao assalto não nos parece ter sido tenaz porque, ocupada a cidade, não restava outra alternativa senão a retirada. Além do mais, não era difícil desembarcar nas praias da península itapagipana e cortar a sua comunicação com a guarnição da cidade. O que as tropas coloniais podiam fazer era valerem-se dos filhos da terra, que estavam habituados à guerra de emboscada, e permanecerem na sua vizinhança, infundindo perdas eventuais aos senhores da praça, como fizeram Antônio Morais e Manuel Gonçalves.

A fase sucessiva das nossas defesas só tem início após a invasão holandesa de 1624, com o aproveitamento de algumas deixadas pelos próprios holandeses. No entanto, isso seria assunto para uma nova história!

Mário Mendonça de Oliveira é natural de Salvador – Bahia.

Professor, Arquiteto, Notório Saber da Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em restauração dos bens culturais pela *Università degli Studi di Firenze*, tendo feito os cursos de conservação da Pedra, em Veneza, e Fotogrametria e Fotometapretação na *Facoltà di Ingegneria della Università di Firenze*. É membro do ICOMOS internacional. Atualmente, faz parte do Conselho Técnico-Consultivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB).

Notas

¹ SAMPAIO, Teodoro. As inscrições lapidárias da Igreja da Vitória, na Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 63, p. 208. 1937.

² BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos Históricos*: Rio de Janeiro, v. 14, p. 252. 1929.

³ CARNEIRO, Edison. *A Cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica*. Salvador: Banco Econômico, 1978, p. 65.

⁴ BARROS, José Teixeira. Muros da Cidade do Salvador. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, v. 36, p. 73-77. 1910

⁵ SILVA, Alberto. *A cidade de Tomé de Souza (aspectos quincentistas)*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1949, p. 167-177.

⁶ GARCIA, Rodolfo. Transcrição da carta de Luiz Dias dirigida a Miguel de Arruda, datada de 13/07/1551. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.57, p.36. 1939.

⁷ O berço é um canhão de pequeno porte com um sistema de retrocarga dotado de câmara móvel. Sobre essas designações de peças de artilharia, recomendamos a leitura do nosso texto: As fortificações de Salvador quando Cabeça do Brasil.

⁸ GARCIA, op. cit., p. 25.

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), op. cit., p. 25.

¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Edição revisada por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM p. 261.

¹¹ Pequena enseada onde as naus se abasteciam de água potável.

- ¹² ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANNTT). Ministério do Reino, mç. 599, doc. 68. Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos. “Relação da praças, fortes povoaçõs, e cousa de importância q Sua Majestade [...] feita pello Sargento Mor desta costa Dioguo [sic] de Campos Moreno”. Relatório datado de 1609.
- ¹³ MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do estado do Brasil-1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, p. 147. Edição crítica com introdução e notas de Hélio Viana.
- ¹⁴ A guarnição, naquela época, era de duas companhias de 80 homens cada uma, excluindo oficiais, o que era insignificante para uma cidade da importância de Salvador e com um perímetro de defesa tão dilatado. O restante do efetivo deveria vir das ordenanças que eram tropas pouco confiáveis pela falta de treinamento. Aceitando o que diz Tamayo de Vargas e outros cronistas, quando os holandeses invadiram a Bahia, a tropa paga era, no total, de 80 soldados.
- ¹⁵ OLIVEIRA, Mário Mendonça. *As fortificações de Salvador: quando Cabeça do Brasil*. Salvador: FGM, 2004. 258 p. (Selo Editorial da Fundação Gregório de Mattos).
- ¹⁶ FONSECA, Fernando Luiz da. *Arquitetura Militar da Cidade de Salvador: Introdução ao Estudo*. Tese apresentada para Professor Titular da FAUFBA. Salvador: FAUFBA, 1971, p. 25. (Edição mimeografada).
- ¹⁷ SANTIAGO, Cybele C. Da torre de São Tiago de Água de Meninos ao Reduto de Santo Alberto. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, nº 30, p. 38-47. out. 1999.
- ¹⁸ Aquele que ficava na praia, aproximadamente no local ocupado pela Igreja do Corpo Santo, na Cidade Baixa.
- ¹⁹ AHU. Documentos Avulsos. Bahia: Cx. 8, doc 29 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, D. 840]. *Relatório de Massé, Miguel Pereira e Gaspar de Abreu*: “[...] adiante na praya do Rozario, e principio da Gequitaya estava *hum pequeno reducto circular*, q se acrescentou e se ha de acabar; [...]”
- ²⁰ AHU. Documentos Avulsos. Bahia: Cx. 7, doc 106 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 09, D. 741]. *Relação das Fortalezas da Bahia*. Documento datado de 19/06/1712.
- ²¹ SANTIAGO, op. cit., p. 45.
- ²² MORENO, op. cit., p. 144-148: “Tem esta capitania da Bahia nos ditos fortes e estância da cidade e artilharia e munições seguintes [...]”
- ²³ Está referindo-se ao Forte de Santo Antônio da Barra, cuja localização encontra-se na Figura 2.
- ²⁴ ANTT, op. cit.
- ²⁵ AHU – Códice Ms 112. *Livro de ofícios, regulamentos e mercês (1597-1602)*: Alvará de 21/05/1598. fl. 65.
- ²⁶ Habitante de Vila Velha e, segundo o Visconde de Porto Seguro, casado com a neta de Diogo Álvares Correia. Foi, possivelmente, sucedido por Francisco de Barros, outro aderente da mesma família do lendário Caramuru que, em idade provectora e já decrépito, comandava o forte na época da invasão holandesa de 1624.
- ²⁷ CONGREGAÇÃO BENEDITA DE SALVADOR. *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, p. 67, 1945. “*Provariam que posto que a carta faça menção do forte nam podia nunca ser o dos vestígios que estam detrás de Nossa Senhora da graça que he no sertam e distancia muita do mar e a Carta declara forte, e que está junto a Camboca, nam se faz no sertam donde se verificou ser o forte de Santo Antonio q. depois se fizera de novo que dantes era um reduto e forte de taipa, [...]*”.
- ²⁸ ANTT, op. cit.
- ²⁹ MORENO, op. cit., p. 144.
- ³⁰ CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similar. Salvador: Typ. Beneditina, p. 345, 1951.
- ³¹ ANTT, op. cit., fl. 27.
- ³² BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÉVORA. Códice de cópias do Conselho Ultramarino, Arquivo de Évora. Cota CV/1 – 17, fls. 294. “a Praça sem Engenheiro, nem que saia usar de dois Trabucos, que nela há, nem oficiais de artilharia, ou artilheiros que o saibam ser, do que é bastante prova, não acertar algum [tiro] em uma nau, que ardendo, se mandou meter a pique, fazendo lhe a pontaria os mais destros”.
- ³³ MORENO, op. cit., p. 143.
- ³⁴ AHU. Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264. *Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660*.
- ³⁵ BAj. Documentos Avulsos [54-IX-8] n.º 60, fl. 1.
- ³⁶ SALVADOR, op. cit., p. 311.
- ³⁷ CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Bahia*. Rio de Janeiro: SPHAN, v. 7, p. 124, 1940.
- ³⁸ D. Clemente Maria da Silva Nigra informa que encontrou documentos da Ordem Beneditina que comprovam ter sido a construção do Mosteirinho de N. Sa. de Monserrate, também, feita por esse governador.
- ³⁹ ANTT, op. cit.
- ⁴⁰ BAj. Documentos Avulsos [54-IX-8] n.º 61.
- ⁴¹ CALDAS, op. cit., p. 376. A legenda da figura 1 da ilustração do fortim: “A he a rampa de sua entrada B ponte levadisa para a parte de terra C porta para fortaleza DD quartéis para os soldados, e por sima E Torrião que serve de caça da pólvora, e o s trez FFF servem para guardar a mais palamenta, e os dousa torriões GG estão demolidos até o nível da declividade do parapeito q he a barba.”